

113ª SESSÃO ORDINÁRIA 14NOV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Mesa declara empossado o Ver. Reginaldo Pujol, nos termos regimentais, e integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento, e do Mercosul – CEFOR.

(14h26min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PR nº 025/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PR nº 036/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação nominal o PLL nº 106/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 148/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLCL nº 004/12. (Pausa.)

O SR. PEDRO RUAS (Questão de Ordem): Presidente, eu suponho que seja uma Questão de Ordem; depois o Ver. Dib vai dizer se é ou não. Eu queria que a Mesa esclarecesse, ou o Ver. Pujol, ou o Vice-Prefeito Sebastião Melo, como este Projeto do Ver. Pujol está aqui na Ordem do Dia. Porque como não houve consulta ao PSOL, quero só deixar claro esse aspecto. (Pausa.) Perdão, perdão, o Ver. Pujol me corrige com razão: houve consulta, mas não houve concordância do PSOL. Se não houve concordância...

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Ele não havia sido priorizado na segunda-feira, mas, à tarde, o Ver. Reginaldo Pujol apanhou as assinaturas de 12 Líderes, dando anuência para que este Projeto entrasse neste momento.

O SR. PEDRO RUAS: Eu consulto a Mesa se não há a necessidade da integralidade.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Maioria.

O SR. PEDRO RUAS: Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Satisfeito, Vereador?

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Por nada; disponha.

O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Prezado Presidente, Ver. Haroldo de Souza; meus colegas Vereadores e minhas colegas Vereadoras, quanto a este Projeto, de autoria do meu querido amigo Pujol, eu queria dividir com vocês, aqui, algumas questões. Primeiro, esta matéria foi amplamente debatida nesta Casa e ela tem tudo a ver com a Copa de 2014. A Lei nº 646 foi aprovada nesse sentido. Exemplificando: a rede hoteleira estabelecida na Avenida Farrapos, que queira ampliar-se para a Copa, beneficia-se desta lei usando os mesmos índices construtivos da época em que foi feita a sua edificação. Correto? O Plano Diretor de 1979 era um, o de 1999 era outro, e o de 2012 é outro, Ver. Reginaldo Pujol. Gostaria de falar para V. Exa., pois sou favorável a esta lei com pequenas modificações. Então, se você tem um hotel antigo, quer ampliá-lo para a Copa – vai usar o mesmo índice construtivo que era do regime anterior, neste momento. Como diz o Ver. João Antonio Dib: é legal e regimental. Colocou-se o prazo para que a protocolização desse pedido fosse feita até o final de 2012. Enfrento a primeira mudança: partiu-se de uma lógica de que, para realizar a ampliação para a Copa, o projeto teria que ser protocolizado até o final de 2012. O Ver. Reginaldo Pujol pede para que seja ampliado

esse prazo – ele não está discutindo mérito –, pedindo um ano a mais porque há empreendedores que ainda podem protocolizar, mesmo que a ampliação não fique pronta para a Copa do Mundo. Pode acontecer, e eu acho razoável. A lei também falava dos hospitais, mas não citava as clínicas, e o Ver. Reginaldo Pujol acrescenta as clínicas; também acho que seja razoável. A lei acrescenta entidade sindical – o que já não acho que seja legal –, pois entidade sindical não tem nada a ver com a Copa! Falei com o meu Líder, Ver. Idenir Cecchim, pois a lei tem o espírito de ampliação de obras já existentes. Se for obra já existente, é o espírito da lei, mas o Ver. Idenir Cecchim coloca uma Emenda dizendo que obras novas também podem ser incluídas e entendo que muda o espírito da lei. Se V. Exa., Ver. Cecchim, faz uma subemenda dizendo que “é para obras com os fins aqui ditos, mas para ampliar as obras já existentes” – aí tem sentido, que é o sentido do espírito da lei. Se eu falar “obras novas”, não está no espírito da lei, que foi concebida dessa forma.

Vim a esta tribuna, Ver. Reginaldo Pujol, para dizer a V. Exa. que eu aplaudo, primeiro, por incluir as clínicas. Segundo, até que possa imaginar que protocolizando em 2013, haverá empresas que não vão conseguir fazer as obras para a Copa – acho que sim, mas até assim acho que dá para passar. Agora não dá para botar sindical e não dá para botar obra nova, na minha avaliação.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Sebastião Melo, eu não tenho razão para não declinar o motivo da Emenda: é para escolas de cursos de qualificação da CDL. Mas se isso prejudicar o Projeto como um todo, eu não tenho problema nenhum em retirar a minha Emenda.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Sebastião Melo, esse tema, nós debatemos intensamente lá em 2010. Ele volta à Ordem do Dia, por meio de um Requerimento, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, com as assinaturas necessárias para que tramite, mas ele precisa ser um pouco mais debatido e analisado. Faço uma sugestão para que possamos, junto com o Ver. Pujol, junto com a sua intervenção e a dos demais, analisar um pouco melhor, e aí votarmos na semana que vem. Vamos fazer um acordo para dar uns dias, para que possamos votar na semana que vem, para que saia um bom Projeto da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Sebastião Melo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para discutir o PLCL nº 004/12, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Muito obrigado, Ver. Kevin. Eu tenho total vontade de contribuir, mas não basta votar este Projeto para ser vetado lá adiante, quero ajudar para que se vote uma lei e seja sancionada para o desenvolvimento sustentável da Cidade. Acho que pequenas correções, a meu juízo, precisam ser feitas, sem perder o fio da meada e o espírito daquilo que foi uma construção muito coletiva.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Duas breves considerações. Primeiro, esta matéria é do ano passado, encontra-se em tramitação para votação desde março do corrente ano, na Ordem do Dia, desde abril, e durante todo esse período, concedendo a vários apelos, temos protelado a votação. Acho que não tem sentido não se protelar outra vez, se este for o caso. Só quero deixar claro o seguinte: eu considero uma desatenção a mim. Eu assumo hoje, assumi segunda, e pedi para votar um projeto meu. Aí, querem passar a votação dele para a próxima segunda-feira, quando eu não vou estar mais aqui na Câmara. Se for o caso, eu vou ter de concertar o adiamento para a próxima Legislatura, perdendo toda a razão de ser do Projeto. Além disso, o Ver. Idenir Cecchim, com muito espírito de colaboração, está disposto, inclusive, a retirar a sua Emenda, até porque, para a escola que pretende fazer o CDL, a Lei já dá cobertura, basta que se leia a Lei nos termos atuais. O que vai acontecer com a alteração é exatamente o prolongamento da possibilidade de até o final do ano que vem, Ver. Sebastião Melo, e só tem essa razão de ser pelo seguinte: quando nós fizemos a Lei, ela era para preparar a Cidade para a Copa das Federações e para a Copa do Mundo. Com a saída da Copa das Confederações e com as várias idas e vindas do problema do Estádio do Beira-Rio, muitos projetos pararam; ficaram esperando que houvesse essa definição que agora ocorreu. Se for o caso, adia-se por um ano, dois anos, três anos, mas fica o nosso imposto colocado.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Ver. Pujol, eu estou pronto para votar a matéria, com aplauso se V. Exa. fizer uma subemenda dizendo o seguinte: “Retiro ‘entidades sindicais’”. Eu acho que isso não tem nada a ver com Copa. Acho que aí fere o espírito da Lei. Quem sou eu para dar acordo! Mas dou acordo no sentido pessoal e acho que também fui coautor desse Processo. Acho que incluir as clínicas, quando já tinham incluído hospital, é tranquilo, pacífico e não discuto isso. Do ponto de vista do retardamento, tudo bem; a finalidade de 2012 é importante, Ver.^a Sofia, porque o empresário que quer se qualificar para a Copa, tem até o final de 2012 para protocolizar o pedido. Isso não é a aprovação do Projeto. V. Exa. está pedindo a prorrogação para 2013? Está bem. Agora, o Ver. Cecchim teve a grandeza, porque “na porteira em que passa um boi, passa uma boiada”. Aí, eu vou permitir, por exemplo, que se construa uma obra nova não no regime de hoje, mas no de cinco, dez anos atrás, em que a volumetria era cinco vezes mais do que a de hoje! Na minha avaliação, isso não está correto. Esse não é o espírito da Lei. Agora, se eu vou ampliar o hotel da Rua Fernando Machado, que foi construído, que vai receber mais gente, e a Lei está permitindo, é justo. Então, o Ver. Cecchim já declinou, e eu quero cumprimentá-lo pela grandeza de entender que não podia ser assim. E, se V. Exa. entender que não dá para retirar as unidades sindicais, acho que a Lei não só passa, como vai ter total apoio. Então, Ver. Pujol, estou pronto para votar a matéria.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu ouço, da Ver.^a Sofia, a colocação de que teria condições de ser votado hoje se houvesse a retirada da Emenda do Ver. Idenir Cecchim, que não está no momento aqui, mas que já havia afirmado, no microfone de aparte, que retira, se esse for o impedimento. E eu ficaria grato por ele se ele consolidasse isso.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Ele já disse que retira, e, com certeza, vai assinar o Requerimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Ver. Reginaldo Pujol, público que nos assiste, a minha preocupação – Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver.^a Maria Celeste – neste momento, na tribuna, não é exatamente o mérito do Projeto de S. Exa., o Ver. Reginaldo Pujol; é o método através do qual este Projeto chega a nós para exame e votação. Até mesmo em Questão de Ordem, fiz uma observação sobre o fato de que o PSOL votou contra, através da Ver.^a Fernanda Melchionna, a inclusão, na Ordem do Dia, do presente Projeto, Ver. Haroldo de Souza. E a Mesa me argumenta, com razão, que o Regimento prevê, no art. 228, que, para deliberar acerca da priorização das proposições a serem votadas em Plenário, o Colégio de Líderes reunir-se-á e deliberará. Ora, o que ocorre, Vereadoras e Vereadores, é que, até o momento, tínhamos como praxe, Ver. Brasinha, que tínhamos a totalidade das lideranças concordando com a inclusão de um Projeto na Ordem do Dia por força do art. 81, ou esse projeto não seria analisado na ordem do Dia até que houvesse o consenso, de caráter absoluto, em relação à sua votação.

Mas agora, Ver.^a Fernanda Melchionna, com essa nova interpretação, o que nós temos é uma possibilidade permanente, para os próximos anos, de um atropelo cotidiano da oposição nesta Casa. E este é um problema grave, sério e que atinge a própria democracia, que não é simplesmente acontecer a vontade da maioria. O conceito verdadeiro, adequado de democracia é o respeito à vontade das minorias.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite uma parte? (Assentimento do orador.) Ver. Pedro Ruas, eu queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento e sugerir que, se assim fosse, havendo a prática de uma maioria que descumpra inclusive as deliberações da Reunião de Mesa e Lideranças, se suspendam as reuniões de segunda-feira, porque, simplesmente, coloca-se um projeto que se quer: “Passou pelas Comissões um projeto amplamente discutido...” Passou apenas pela CCJ, pela Comissão de Constituição e Justiça! Que ampla discussão foi essa que houve? Não foi trazido para as Lideranças definirem, não houve a tramitação nas Comissões, não houve discussões em audiências públicas, e, de maneira açodada, atropelada e antidemocrática, uma maioria tenta impor a votação de projetos dessa forma. Acho que a Câmara vai perder muito se esse tipo de método se tornar corriqueiro na Câmara Municipal. Parabéns pelo teu pronunciamento.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna.

A Sra. Maria Celeste: V. Exa. permite uma parte? (Assentimento do orador.) Rapidamente também, Ver. Pedro Ruas, quero fazer um alerta sobre o procedimento adotado para que seja incluído na Ordem do Dia este Projeto. Nestes 12 anos de Câmara Municipal, nunca vi uma manobra ser feita desta forma, a partir de determinados interesses particulares. Acho que isso marca a história da Câmara pela seriedade com que temos feito os acordos e as Reuniões de Mesa e Lideranças, onde é cumprido rigorosamente aquilo que é combinado para a Ordem do Dia. Estamos inaugurando um novo modelo, que muito me preocupa. E aproveito a presença do próximo Vice-Prefeito da Cidade, que é o articulador político do atual Prefeito, para que ele, de fato, busque uma solução para isto: Mesa e Lideranças desta Casa têm que ser respeitadas nas suas tratativas. Obrigada.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Ver.^a Maria Celeste.

Eu concluo, Sr. Presidente, Vereadoras e Vereadores, trazendo o bom exemplo, neste caso, da Assembleia Legislativa aqui do Rio Grande do Sul, onde o Regimento já prevê, e que eu acho que é o caminho que deveremos adotar, necessariamente, que esse tipo de Projeto, nessas condições de urgência, só entra na Ordem do Dia, vem à votação, quando há consenso absoluto, ou seja, todos os Líderes de Bancada concordando. Nós precisamos urgentemente tratar de uma reforma em termos de Regimento nesse sentido, sob pena de jamais implementarmos democracia real na Câmara Municipal de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, essa ideia de manter Índice de Aproveitamento surgiu na carona da alteração de dois megaempreendimentos da cidade de Porto Alegre: a Arena do Grêmio e o Beira-Rio, se não me falha a memória. Pegou-se carona de duas exceções que a sociedade e a própria

Câmara, em parte, entenderam, porque existia uma justificativa: é para a Copa de 2014. Votei contra a alteração da Arena do Grêmio, embora seja gremista, e a favor da do Inter, porque, ao menos, houve uma melhora significativa do Projeto original, por parte do Inter. Dizem que a Copa 2014 não terá verba pública; ao contrário, isso não é verdadeiro, porque nós estamos entregando áreas públicas para o Grêmio e para o Inter, assim como há décadas se faz na orla, para os dois clubes. Mas como é o Grêmio e o Inter, tudo pode! Como é a Copa 2014, tudo pode!

Não bastaram o Grêmio e o Inter; pegou-se carona para se aproveitarem Índices Construtivos aprovados em regime especial, que o Plano Diretor de 1999, equivocadamente, na minha opinião, oferece, concede ou dá condições para que sejam alterados, o que não está no Plano, porque, na realidade, nós temos dois Planos Diretores: o Plano que está no Plano e os Projetos Especiais onde tudo, ou quase tudo, é possível fazer – erro do Plano de 1999.

Como se não bastasse, aquilo que foi aprovado como Projeto Especial, aumentando substancialmente o Índice Construtivo de um Plano Diretor já extremamente permissivo, agora pode também ser incluído para as reformas de um empreendimento já feito. Por favor, gente! Isso não é sustentável! Então vamos parar com o termo sustentável e vamos parar com o termo planejamento. Vamos rasgar, aqui em Porto Alegre, duas expressões; vamos tirar do vocabulário da cidade de Porto Alegre: planejamento e sustentabilidade. Porque esse Projeto é a antítese de planejamento e de sustentabilidade. É mais um Projeto sem discussão com a sociedade, sem passar pelas Comissões Técnicas Permanentes, como é o Projeto que está tramitando, está na Ordem do Dia, sobre os empreendimentos tecnológicos. Idem, Ver. Dr. Goulart! Eu estou indo embora, mas indignado, porque, ao sair daqui, essas duas expressões, na prática, não existem mais: planejamento e sustentabilidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e todos os que nos assistem; Ver. Beto Moesch, essa é a extensão da Emenda nº 09 por

mais um ano, agregada à inclusão da proposta do Ver. Reginaldo Pujol de estender a clínicas e a entidades sindicais. Na época – todos lembram –, no dia 30 de dezembro de 2010, foi aprovada, às 3h da manhã, a Emenda nº 09, contra o nosso voto, pela forma como foi construída, e essa Emenda nº 09 estende aos equipamentos de serviços, turismo, saúde e outros, os direitos construtivos ao aproveitamento do índice máximo previsto no Plano Diretor.

E isso me surpreende porque, na segunda-feira, eu discuti um Projeto que está protocolado, do Ver. João Bosco, que propõe quase a mesma coisa, propõe a extensão da Emenda até 2013.

Para algumas regiões talvez essa seja uma Emenda que tenha utilidade, serventia e importância. Posso citar como exemplo as regiões degradadas que podem e devem, talvez, receber incentivos para o desenvolvimento, como a Região do 4º Distrito. Mas inúmeras outras regiões já não têm espaço, porque estão com adensamento superior à capacidade de suporte. Já há um estrangulamento das vias públicas, há um estrangulamento das redes de energia, de água, de esgoto e toda a infraestrutura, portanto, elas não precisam desse incentivo. O problema é que como está estende e generaliza para toda a Cidade, e isso redundará em problema de sustentabilidade da Cidade, Ver. Beto Moesch, problema não só de falta de planejamento, mas com ofensa definitiva à qualidade de vida, ao planejamento e à vocação de determinados bairros da Cidade. Alguns são próprios, são adequados e são para os serviços, mas não são todos, como está generalizando a Lei, porque assim só favorece a especulação imobiliária e os negócios. Já foi uma exacerbação estender de 2010 até o final de 2011 e, por nova decisão, de 2011 para 2012. E agora, a nova proposta é estender de 2012 para 2013. Não devemos aceitar dessa forma, Ver. Pujol, não pode ser generalizadamente assim, porque a Cidade está se tornando não só insustentável, mas passando a perder a capacidade de projetar uma Cidade de qualidade de vida para o futuro. Por quê? Porque vai haver muita gente, muito automóvel, muita atividade, muito negócio. E a Lei prevê exatamente a ampliação para o potencial máximo de previsão de índice, conforme a origem, conforme a existência dos projetos remetidos aos padrões originais do potencial de índice construtivo.

Portanto, quer dizer que alguns bairros, como Rio Branco, Moinhos de Vento, Menino Deus, Bom Fim e outros, que já estão com o potencial de adensamento extrapolado,

poderão receber mais construções, mais atividade, mais serviços, mais empresas, mais negócios.

O Sr. Beto Moesch: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Todeschini, V. Exa. está ajudando a explicar melhor o Projeto do que eu tinha feito antes; é só importante dar um exemplo para as pessoas: foi dado índice especial para o Grêmio ali no Olímpico...

O SR. CARLOS TODESCHINI: Emenda nº 09.

O Sr. Beto Moesch: São 18 prédios, se não me falha a memória...

O SR. CARLOS TODESCHINI: São 21 prédios.

O Sr. Beto Moesch: Vinte e um prédios de 72 metros de altura.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Não, não, isso é no 4º Distrito.

O Sr. Beto Moesch: Ali na Azenha também.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Na Azenha são 19 prédios residenciais e dois comerciais.

O Sr. Beto Moesch: Prédios com 72 metros de altura, na Azenha, que tem um índice baixo. Com a proposta, além desses, se o Grêmio comprar o entorno, ele vai poder manter esse mesmo índice. Esse é o absurdo.

Eu só dei um exemplo: se... Então, está-se mantendo um índice, que já é um equívoco, na minha opinião, e automaticamente conseguindo para a ampliação do Projeto.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Obrigado, Ver. Beto. Gente, essa é a Cidade insustentável!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Haroldo de Souza, Presidente em exercício; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, esta é uma discussão antiga, porque este debate já foi feito exaustivamente aqui na Câmara: sobre a extensão dos benefícios que a gente chama vulgarmente “benefícios da Copa” para empreendimentos que, àquela altura, poderiam ser ampliados – e poderão ser ampliados – com base nos índices passados. Pelo que estou informado, o Ver. Cecchim recuará da Emenda, o Ver. Pujol recua e redefine a sua Emenda.

A questão das clínicas, eu vou explicar – e nós fizemos o debate aqui: que a questão dos empreendimentos hospitalares deveria, na verdade, abarcar a questão das clínicas. Gente, nós queremos fazer, no ano que vem aqui – estou discutindo inclusive com os setores do Turismo e da Saúde – um grande seminário internacional de Turismo e de Saúde, porque temos Saúde de excelência. Quem esteve, nesta semana, na atividade do Sindihospa, verificou o altíssimo número de empreendimentos, de geriatrias e de clínicas especializadas para os chamados pacientes de terceira idade ou idosos. Nós temos as mais altas tecnologias aqui em várias áreas do conhecimento e, principalmente, da cirurgia do coração, do pulmão, temos atividades de neuro, enfim, altamente especializadas. Nós estamos nos preparando para ser uma Miami ou uma Barcelona em atendimento de saúde excelência.

Então, eu acho que tem cabimento manter a Emenda das clínicas, porque é para o benefício das pessoas, para o seu bem-estar e saúde. Infelizmente, este debate veio contaminado desde o primeiro momento em que se discutiu aqui, porque para alguns fazer esse tipo de proposição é política do arrasa quarteirão, é estar a favor da bancada do concreto, mais não sei o que lá. Eu estou analisando friamente o que vai acontecer.

Eu defendi desde a primeira hora, votei favoravelmente e com as modificações que estão sendo propostas, com a questão das clínicas, eu voto favoravelmente. Por isso que vim aqui para defender. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCL nº 004/12.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Haroldo. Se eu compreendi, a Emenda está tirando do *caput*, é só ali que aparece essa citação. Então, quero registrar que esse debate já resultou num recuo importante, acho que não havia nenhum cabimento entidades sindicais serem beneficiadas com o argumento da Copa do Mundo e beneficiadas tanto quanto instituições, como centros esportivos, clubes, equipamentos administrativos, hospitais, hotéis, apart-hotéis, centros de eventos, centros comerciais, *shopping centers*, escolas, universidades e igrejas.

Quero lembrar quais foram as instituições beneficiadas, em 2010, pela Lei Complementar nº 666. Eu lembro de ter votado contrária a essa Lei e mantenho a minha posição, por mais que reconheça, aqui, o recuo dessa inclusão e da Emenda do Ver. Cecchim. Eu entendo que, no primeiro debate que fazíamos, nós não tínhamos ideia do tamanho do impacto que causaria na Cidade, da quantidade de hotéis, hospitais, *shopping centers* e escolas que estavam ganhando índice construtivo a mais na época, do impacto na Cidade e, na verdade, da eficácia ou do interesse público em conceder Solo Criado sem ser de forma onerosa, porque o que acontece nesses projetos é uma concessão de Solo Criado. E Solo Criado tem impacto na Cidade na questão de saneamento e na questão da circulação. Ele tem impacto de toda ordem, inclusive na paisagem, no direito à paisagem, no direito de as pessoas, tranquilamente, terem sol. Há um conflito instalado na Cidade.

Esses dias, eu tinha uma consulta de uma pessoa que compraria um apartamento, o apartamento era de barbada, porque toda uma fachada, todo um grupo de apartamentos, aqui, quase no Centro da Cidade, ficará totalmente sem sol, absolutamente sem sol, em nenhum momento do dia, Ver. Todeschini, porque está sendo construído um edifício ao lado.

Então, nós não temos como conceder Solo Criado se hoje não se tem uma segurança – essa é a minha posição, Ver. Pujol –, de que haverá uma mediação responsável do Governo Municipal ao avaliar os projetos especiais, porque, nesses casos, todos estão previstos no Projeto especial. O Projeto especial, nós sabemos, flexiona os critérios do

Plano Diretor, avalia-se especificamente. Nós não temos um estudo de impacto de vizinhança ainda em vigor, porque, além de demorar, além de o Projeto não atingir, de fato, essas pequenas situações, ele ainda previu os 6 meses para entrar em vigor. Então, nós não temos instrumentos para defender a cidadania. Mais do que isso, as últimas aprovações de projetos, em termos de compromisso que o Governo assina... Porque aí fica na liberalidade de o Governo Municipal exigir as contrapartidas, as medidas mitigatórias, as medidas compensatórias. É muito difícil para o legislador garantir que, lá na ponta, depois, Ver.^a Fernanda, a empresa pague e responda pelos impactos que causou. Chega a beirar um escândalo o que é o termo de compromisso assinado pela OAS! É um escândalo, Ver. Brasinha! É um escândalo! Eu leio para V. Exa. só uma das questões que é deboche deste Legislativo, na minha opinião. Porque tudo que era...

(Aparte antirregimental do Ver. Beto Moesch.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, Ver. Beto Moesch. No Estudo de Impacto Ambiental, estava escrito “executar a obra” como responsabilidade do empreendedor, Ver. Beto, lá no termo de compromisso... E, no termo de compromisso, assinado pelo Prefeito Fortunati, o João Batista, o Gothe, do Planejamento, o Záchia, o Urbano, todo o *staff* da Prefeitura, em vez de constar executar a obra, está escrito – vejam, deboche com esse Legislativo – não é nem realizar os projetos, é “acompanhar” os projetos! Portanto, não temos garantia de que os empreendimentos, recebendo índice, vão dar contrapartida... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acho que a matéria tem que ser discutida, mas se nós embarcarmos no linguajar da Ver.^a Sofia... A Ver.^a Sofia usa uma linguagem em que, para ela, de séria, é só ela. Eu acho que ela é uma Vereadora séria, muito séria: é lá de Veranópolis, filha de uma cristã; a mãe da Ver.^a Sofia vai à missa quase todos os dias. E eu não vejo por que ela expelir

todo esse veneno, toda essa desconfiança. Ela desconfia de tudo e de todos, Ver. Luiz Braz. Isso é preocupante. Eu fico muito preocupado com isso; muito preocupado. As pessoas não são tão mal-intencionadas, assim, Ver.^a Sofia. Eu não sei se a senhora faz isso com má intenção. Não dá para se esconder atrás de palavras fáceis! A senhora fala em deboche com este Legislativo, e eu vou lhe dizer o que é um deboche com este Legislativo.

Nós aprovamos uma lei aqui que proibia a feira no Largo Glênio Peres. Sabem o que a Ver.^a Sofia fez? Veio com um padre de manga curta, plenário adentro, dizendo que era para ser revista essa lei. Eu lembro bem que o Ver. João Bosco Vaz disse: “Vou assinar para a lei vir novamente para cá, e depois eu votarei contra”. Mas eles fizeram uma assinatura como se os Vereadores estivessem pedindo a tal Feira Solidária lá no largo Glênio Peres. Isso é debochar da própria lei que votamos um ou dois meses antes. Isto, sim, é debochar: entrar plenário adentro com um padre de manga curta. Eu não posso entrar aqui de manga curta! O Vereador tem que ter decoro, Ver. Valter Nagelstein; agora, o padre que veio aqui aplicar uma arrogância enorme veio aqui debochar de uma lei. E escrevem: “Os organizadores da feira, indignados com o PL votado aqui nesta Casa, que retira a feira...”. Quer dizer que ficaram indignados e resolveram que não vale a lei do Legislativo? Agora vem a Ver.^a Sofia aqui dizer que é deboche ao Legislativo! O que é mais deboche do que isso?! O que é mais deboche do que isso, Vereadora?

Então, nós temos que cuidar muito com o que dizemos aqui; não dá para espalhar penas, Vereadora. Eu acho que um Vereador tem todo o direito de querer a feira, de rever a lei, tudo bem; agora, não fazendo dessa maneira, atirando penas ao ar como se todo mundo quisesse debochar do Legislativo, mas a primeira a debochar é a própria Vereadora, trazendo esse pessoal aqui, fazendo essa pressão. Era isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero reduzir o nosso debate ao Projeto em si. Evidentemente eu não posso desconhecer que tem uma história esse Projeto de Lei porque ele é fruto de um grande entendimento

feito aqui na Casa, do qual houve uma participação pluripartidária, incluindo o Ver. Sebastião Melo, então Presidente da Casa, os Vereadores Luiz Braz, João Carlos Nedel, Adeli Sell e Nelcir Tessaro. Eu penso que não esqueci nenhum dos mais atuantes naquelas discussões que resultaram na elaboração de um texto proposto pelo Executivo para fazer frente a uma realidade que existia naquele momento. É lógico que há muito tempo a gente sabe que há inconformismo de alguns Vereadores aqui da Casa com relação às decisões do Legislativo, que concedeu regimes especiais ao Sport Club Internacional e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense para as áreas onde são erguidas hoje a Arena Tricolor e onde está sendo objeto de restauração e recuperação no Estádio Beira-Rio. Eu não quero mais discutir esse assunto, a Casa, por ampla maioria, já decidiu e entendeu que era lícito esses clubes recebessem um estímulo do Poder Público, já que o Rio Grande do Sul é o único lugar onde os clubes constroem os seus estádios com o apoio de suas torcidas sem usar recursos públicos.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte?

O SR. REGINALDO PUJOL: O Ver. Brasinha me honra com o seu aparte.

O Sr. Alceu Brasinha: Ver. Reginaldo Pujol, realmente esse Projeto é especial. Eu também votei, na época. Nós votamos e defendemos, não é? Mas venho só fazer este aparte para dizer que vou votar com Vossa Excelência. Mas quero registrar o ranço que a Ver. Sofia tem contra a empresa OAS, que é séria, que está fazendo todas as contrapartidas, e ela sempre bate não sei por quê. Ou ela gosta tanto dessa empresa... porque ela fala mal dela mesmo! Então, por que esse ranço e esse azedume contra a OAS? Essa é uma empresa que está cumprindo corretamente com os seus compromissos!

O SR. REGINALDO PUJOL: Fico grato pelo aparte de Vossa Excelência. Eu nem vou adentrar nesse assunto, porque a OAS não tem nada a ver com o que nós estamos discutindo aqui.

(Aparte antirregimental do Ver. Alceu Brasinha.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Não tem nada a ver com o que nós estamos discutindo! A Arena do Grêmio vai estar concluída daqui a 30 dias, para agrado de uns e desagrado de muitos.

Sr. Presidente, eu encaminho dizendo o seguinte: essa Lei que foi aprovada antes e sancionada em 30 de dezembro de 2010 contemplava vários segmentos da vida da Cidade, Ver. Goulart, com estímulos para que eles contribuíssem para a preparação da Cidade para os jogos que haveriam de ser desenvolvidos em Porto Alegre em 2013 e 2014: a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Mas, Ver. Garcia, os jogos de 2013 não foram confirmados aqui para Porto Alegre, e custou muito tempo para ser afirmativamente e definitivamente estabelecido que Porto Alegre seria sede da própria Copa do Mundo de 2014. Esta Casa, Porto Alegre, ninguém desconhece as marchas e contramarchas, os temores que ocorreram; primeiro, que pudesse Porto Alegre perder a sede; depois, a dúvida sobre se a sede seria o Beira-Rio ou não, dados os problemas resultantes da equação da sua recuperação.

Tudo isso fez com que vários investimentos que estavam sendo projetados ficassem protelados porque o Hospital Mãe de Deus, por exemplo, que será o hospital da Copa do Mundo, teve dúvida, em determinado momento, se a Copa seria em Porto Alegre e se os jogos seriam no Beira-Rio. Definido o assunto, ela voltou a ter projeto... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Ver. Reginaldo Pujol, o Ver. Alceu Brasinha se inscreve e cede o seu tempo a V. Exa., que poderá usar a palavra por mais cinco minutos para discutir o PLCL nº 004/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, já encaminhando para o final, existe uma realidade, um contexto que precisa ser sinalizado. A rigor, qual é a grande alteração que esta lei faz? Dilata o prazo de 2012 para 2013, porque, quando foram colocar 2012, Ver.^a Fernanda, tinha-se como certo que, em 2013, Porto Alegre seria sede dos jogos da Copa das Confederações. Como isso desapareceu, não tem

necessidade, tem que ser garantido só quem protocolar até o final de 2012. Então, vem o pedido de protocolar até 2013.

E qual era a grande inclusão que originariamente o Projeto trazia: clínicas e entidades sindicais. Quanto a entidades sindicais, eu quero confessar que a culpa era minha, porque quando eu vejo, por exemplo, o que o sindicato dos bancários faz aqui em Porto Alegre, criando um verdadeiro centro cultural, ali na Rua General Câmara, eu fico achando que obras como essa devem ser estimuladas. Mas como há resistência nesse particular, eu concordei com uma Emenda que retira as entidades sindicais.

De outra banda, a Emenda do Ver. Idenir Cecchim, que suscitava dúvida, ele, numa contribuição muito espontânea, retirou essa Emenda. Então, restrito fica o debate a se clínicas devem ou não ser incluídas na mesma circunstância em que os hospitais estão incluídos. Eu entendo que não se faz saúde, não se promove saúde, Ver. Humberto Goulart e Ver. Dr. Thiago – que são homens da área da Saúde – sem as clínicas. A maioria dos procedimentos se dá fora dos hospitais. Aliás, o que mais se pretende é que as pessoas não cheguem aos hospitais, mas que fiquem nas clínicas, nos ambulatórios, naqueles locais onde a maioria dos procedimentos podem ser realizados sem a necessidade de hospitalização. Disse bem o Ver. Adeli Sell, que Porto Alegre, nos últimos anos, teve mais de 200 clínicas geriátricas estabelecidas na Cidade. É uma nova realidade que se vive; a população cresce de idade e precisa de um local adequado, onde não sejam tratados como doentes, mas como gente que precisa ser apoiada no seu ocaso de vida. Então, esse é o fundamento básico da inclusão.

Então, por que não concordei em adiar para segunda-feira? Porque todos sabem que eu sou suplente nesta Casa até o dia 31 de dezembro; na segunda-feira, Ver. Garcia, eu não estarei aqui. Por isso entendo que uma proposta que eu ofereço à Cidade, ofereço a esta Casa, com toda a lisura, com toda a transparência, que não esconde nada, que mostra tudo, pode ser votada. Se a maioria da Casa entender de não aprovar o Projeto, eu tenho que me conformar, pois na vida parlamentar os votos são favoráveis ou contrários.

Eu sei de alguns discursos que são históricos, não só contra essa Emenda à Lei que propomos hoje, mas contrários à própria Lei. Então, eu tenho que aceitar que esses Vereadores permaneçam nessa posição, mas eu confio que a maioria da Casa vá entender claramente nosso objetivo, pois recuamos e muito, não digo que não faltou espírito de transigência, pois esse foi amplamente demonstrado pelo Ver. Idenir Cecchim

que colabora de forma esplendorosa para reduzir um dos focos de apoio, e nós, mesmo atendendo ponderações do Ver. Sebastião Melo, da Ver.^a Sofia Cavedon, retiramos a expressão “entidades sindicais” como sendo uma das formas para permitir uma votação tranquila neste dia, nesta tarde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCL nº 004/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria debater três temas que para mim parecem fundamentais: primeiro a questão do método, muito bem trazido pelo Ver. Pedro Ruas aqui nesta tribuna. É verdade que o Regimento permite esse tipo de prática de uma maioria que não respeita as discussões e os acordos políticos dos projetos priorizados para a semana.

É extremamente temerário se isto virar prática na Câmara Municipal. É extremamente temerário para a democracia porque, muito embora a Câmara e as instituições brasileiras ainda estejam longe de representar uma democracia real para a maior parte da população, ainda são instrumentos fundamentais para que se possam fazer os debates políticos sobre o futuro da cidade. Um tema desses, entrar do dia para a noite para votação, priorizada na Ordem do Dia, sem passar por nenhuma Comissão Temática a não ser a Comissão de Constituição e Justiça, como bem falado pelo Ver. Beto Moesch na tribuna, sem uma audiência pública, com o argumento de que foi discutido em 2008.

Em 2008, a Câmara Municipal tinha outra composição. Em 2008, a Emenda referida, que o Projeto do Ver. Pujol adenda e estende esses benefícios, esses privilégios, eu diria, foi votada de contrabando, através da Emenda nº 09, Ver. Carlos Todeschini, pois não estava prevista no Projeto, extremante liberalizante, que atacava áreas de interesse cultural, de lazer, que constrói um outro regime urbanístico paralelo na Cidade de Porto Alegre. É um regime urbanístico paralelo para as obras da Copa? Não. É para as grandes empresas que vão ganhar rios de dinheiro com a Copa. Não é à toa, e nós sabemos que

cada um tem o seu time, as suas paixões, mas quem ganhou, do ponto de vista do regime urbanístico, dos lucros altos, da possibilidade de construir 72 andares, sobre a bilheteria dos gremistas, não foram os gremistas, foi a OAS, empresa que doou R\$ 500 mil para a campanha do Fortunati, por exemplo. Para ver como as relações são extremamente próximas do ponto de vista de quem apoia e de quem se beneficia com projetos que mudam o regime urbanístico, o Plano Diretor, o adensamento da Cidade, a qualidade de vida dos porto-alegrenses. Este Projeto é extremamente temerário porque desrespeita o Plano Diretor, porque permite pegar carona, em nome da Copa do Mundo, para projetos especiais para toda a Cidade. Não é a discussão de uma cidade que precisa de um incentivo “X”; é para toda a Cidade. Aqueles que não fizeram projetos aproveitando todo o índice construtivo que possam fazê-lo, que possam aumentar a altura dos prédios, que possam aumentar o adensamento e aumentam o número de carros, que possam influir sobre a incidência do sol, sobre a incidência dos ventos, sobre a qualidade de vida; isso pode destruir bairros inteiros, bairros com tradição de luta na Cidade, bairros que resistiram garantindo a sua urbanização e a sua qualidade de vida. Isso se permite aqui no Projeto do Pujol, com a Emenda nº 09 que permitiu esse tipo de prática para *shopping center*, para hotéis, para uma série de atividades econômicas que pegam carona, neste caso, com esta Emenda em nome da Copa do Mundo, que tem deixado a Cidade mais elitista, mais segregada, que retira os espaços de convivência da população de Porto Alegre, proibindo a economia solidária e a Feira do Artesanato no Largo Glênio Peres, e permitindo propagandas gigantescas de uma multinacional como a Coca-Cola. Esse é o modelo de cidade que querem construir, esse é o modelo de cidade que exclui as pessoas do Centro, que privatiza, que higieniza e que facilita a vida para aqueles que querem ganhar com a construção civil, em nome da Copa de 2014.

Eu, sinceramente, acho que falta de decoro parlamentar é defender interesses privados e não interesses públicos. Muito me honraria se esta Câmara tivesse mais gente de *jeans*, de camiseta, camisetas de manga curta, que tivesse gente como o padre que aqui entrou e que muito honra esta Casa ao vir pedir apoio aos Vereadores em nome de uma atividade tão importante como a da Economia Solidária. Acho que temos um conceito distorcido de democracia em que só os engravatados podem fazer política e o povo não pode... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 004/12. (Pausa.) O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 004/12.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Senhoras e senhores, não é atropelando que se resolve o assunto. Nós, como Bancada, temos sido atropelados várias vezes, Fernanda. Nós, como bloco de oposição – inclusive é bom que se lembrem, na origem, nós votamos contrariamente à Emenda nº 9. A maioria venceu, a Cidade escolheu, é maioria, e está aprovada. Nem por isso significa que vamos deixar de falar e de denunciar aquilo que acontece, porque isso é uma violência contra a Cidade. Da maneira como foi aprovada a Emenda nº 09, naquela madrugada, às 3h da manhã, no Projeto do Grêmio, que foi contrabandeada sem debate... O Projeto, a Emenda que estendeu benefícios, no meu entendimento, indevidos, para um conjunto de obras e edificações que acabam por prejudicar a Cidade, por generalizar. Eu estou falando isso porque foi uma Emenda que estendeu um benefício da construção do complexo da Arena para o conjunto da cidade de Porto Alegre. Esse é o problema. Se fosse um projeto específico e se tivesse o direcionamento para algumas áreas específicas, o Projeto até seria defensável, seria bom. Vou citar de novo, por exemplo: se fosse utilizada a Emenda nº 09 como incentivo para revitalizar o 4º Distrito e algumas outras regiões da Cidade, seria bom, mas foi generalizado, serviu para o Menino Deus, para o Moinhos de Vento, para o bairro Rio Branco, para o Bela Vista, para o Boa Vista, para Petrópolis, Santana, e outros, inclusive para onde é mais visível e tal. Foi estendido para 2011 e, depois, um novo projeto estendeu para 2012, e agora um novo projeto quer estender para 2013. Ora, tiveram antes, os interessados, um ano para protocolar. Depois mais um ano, e agora querem mais um ano! Nós não podemos concordar com isso, até porque eu sei que as redes de água e esgoto, de energia elétrica e as vias estão completamente saturadas, intransitáveis, inacessíveis, insuficientes em muitos lugares da Cidade. Por isso, eu não posso concordar com a extensão de mais esse tempo, porque isso depõe, Ver. Beto Moesch, contra todo o planejamento, contra a sustentabilidade e contra a qualidade de vida.

Lembro-me de que, quando discuti este tema, Ver. Beto, o Sr. Raul Agostini, que é Presidente da Associação, ou já foi, do Moinhos de Vento, me ligou pedindo as notas taquigráfica da minha fala, porque ele disse que se sentia muito representado pelo que eu estava manifestando. E agora volto e repito: está se querendo estender de novo os benefícios, sem critérios, em prejuízo da Cidade e da qualidade de vida. É disso que se trata. Por que não se faz esse incentivo para a Cruzeiro, por exemplo, ao 4º Distrito, Bom Jesus, Partenon, que são áreas que, se tivessem incentivos, poderiam melhorar em qualidade urbanística, qualidade de vida, na dinamização dos negócios? Não! Faz-se um genérico, em que a consequência vai ser o quê? As regiões mais valorizadas, onde o solo é mais caro, onde o retorno dos negócios imobiliários é maior é que vai utilizar isso principalmente. E é isso o que está se aprovando!

Portanto, nós estamos construindo uma cidade sem regras e que vai perder muito em qualidade. Por isso, ainda que eu tenha votado contra, por dois anos a lei esteve em vigor, e ela não merece mais ser prorrogada. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 004/12.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu não entendo esta tentativa recorrente, contínua, sistemática, insistente de se demonizar o segmento em Porto Alegre que talvez seja, do ponto de vista social, para aqueles que falam tanto nas coisas sociais, o mais importante da Cidade; o segmento que dá condições para o trabalhador chegar no final do dia, no final do mês e levar para a sua casa o sustento seu e o da sua família, para comprar os seus gêneros alimentícios, para comprar o seu vestuário, para dar algum divertimento para os seus filhos.

Porto Alegre é uma cidade cuja economia está constituída hoje em mais de 60% no setor dos serviços, depois trinta e poucos por cento no setor do varejo, do comércio, e há um residual em torno de 7%, ainda hoje, da indústria. Isso é muito ruim. Nós deveríamos ter mantido indústrias em Porto Alegre ao longo desse tempo, mas fomos perdendo. Fomos perdendo por força da legislação urbanística, da legislação ambiental, enfim, fomos perdendo, mas o emprego médio da indústria paga melhor, o emprego médio da indústria

paga R\$ 1.500,00, enquanto que, no varejo, são R\$ 700,00, R\$ 800,00. O setor que mais emprega – e o Ver. Idenir foi Secretário da Indústria e Comércio –, que mais desenvolve é esse que é mais demonizado por uma certa parcela da Câmara, que é o setor construção civil. Esse setor garante a vida, garante a sobrevivência de muitas e muitas pessoas, garante a riqueza da Cidade! Mas em que mundo nós estamos que o setor que exatamente garante a riqueza da Cidade seja demonizado, como se expressasse o mal em si?! Ele não expressa o mal, é óbvio que tem que haver desenvolvimento sustentável, é óbvio que tem que haver! E esta Casa já fez isso no momento em que votou o Plano Diretor, que garantiu 20% de Área Livre Vegetável, mas não se pode cair nessa armadilha falaciosa, fácil, mentirosa, de demonizar um setor que tem garantido, ao longo do tempo, empregos e desenvolvimento econômico na Cidade. Há uma outra mentira: a mentira de dizer que este Projeto do Ver. Reginaldo Pujol, se aprovado, vai descaracterizar os bairros. Ele não mexe no Plano Diretor! E quem já garantiu fomos nós, Vereadores, aqui desta Câmara, quando nós garantimos as alturas, quando nós criamos paradigmas e parâmetros e dissemos o seguinte: “Não queremos mais adensamento de altos prédios no miolo dos bairros!” Exatamente para evitar esse problema, nós vamos limitar a altura a 32 a 52m, colocando o máximo lá no 52. E se abriu uma exceção, que não foi nem nesta Legislatura e nem eu, Ver. João Dib, tenho participação nisso, que foi lá no empreendimento do Grêmio, quando se abriu aquela exceção para 72m das 16 torres, e esta Legislatura – volto a dizer – não tem participação nisso.

Então, é falaciosa essa história de dizer que vai se continuar criando problema de adensamento, porque não vai se mexer no Plano Diretor! O que está aí permanece, o que está aí continua!

Então, esta é uma questão, esta tribuna se presta a tudo isto, mas é preciso que se debata, é preciso dizer que não é verdadeiro.

A segunda questão, que entrou aqui tangencialmente, mas que é importante que seja enfrentada e que também faz parte de uma falácia, também faz parte da postura, do comportamento daqueles que repetem, repetem as mentiras até que se transformem em verdade, é essa tal da higienização – como se higienização fosse uma coisa ruim; a minha casa é higienizada, se alguém gosta de viver num pardieiro, eu não sei, mas higienização não é coisa ruim.

E a outra coisa é a questão da liturgia. Eu acho que um padre faz uma missa, Ver. Cecchim, de batina; o cara vai para a praia de bermuda, mas se está numa casa legislativa ou num tribunal, tem de estar de roupa condizente; eu não vou vir de ceroulas para cá! Isso não quer dizer que se esteja ofendendo a democracia nem se excluindo pessoas, é que a liturgia é a regra, precisa ser respeitada!

Com relação ao Largo Glênio Peres, se nós formos colocar esse empreendimento, nós, por questão de justiça, temos de colocar Feira de Economia Solidária e todas as outras, porque quando se retirou aquilo, é porque acontecia o seguinte: durante os 12 meses do ano, a Feira estava privatizada a determinados aparelhos e a determinados movimentos. Pois bem, agora, tem alguns que se articulam com essa tal de economia solidária, conceitualmente, também não sou contra, mas isso é um aparelho de um determinado Partido. Se a colocarem, por justiça, tem de colocar todos os outros: Sindicato Rural de Porto Alegre... (Som cortado por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, do PLCL nº 004/12, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a nossa Bancada, Bancada de oposição, majoritariamente, tem uma opinião crítica sobre este Projeto. Digo majoritariamente pela expressão da posição do Ver. Adeli Sell. E eu quero retomar alguns conceitos, porque há uma tentativa de transformar apenas em uma forma de ser do contra os argumentos e o debate que fazemos. E essa tentativa não cola, porque o povo de Porto Alegre é inteligente e consegue discernir as falas que fazemos na tribuna. Nós tivemos duas falas que claramente se manifestaram contrárias às manifestações culturais e populares no Largo Glênio Peres, o Largo do Povo. Aqui, a posição ficou nítida do Vereador que há pouco falou e do Vereador que anteriormente falou. Eu quero fazer a ressalva de que eu não concordo, repudio o desrespeito com que se referem ao Padre que aqui esteve representando a Comissão da Economia Solidária, que apenas entrou neste plenário para conversar com o Ver. João Antonio Dib, e estava bem vestido, sim. E, em função de o

Ver. João Dib não se deslocar para recebê-lo, o Padre acabou conversando com outros Vereadores e se retirou. Ele representava o movimento da economia solidária, fazendo um recurso a este Parlamento, o que para mim não é desprestígio, é respeito ao Parlamento. O Parlamento votou por maioria para retirar a economia solidária do Largo Glênio Peres e eles vieram fazer um recurso. Isso é respeitoso, não é desrespeitoso.

Eu quero tratar do tema em questão. Mais uma vez – e não é a primeira neste ano, acho que é a terceira ou quarta –, esta Câmara é solicitada a autorizar a concessão de índice sem cobrança, sem respeitar a outorga onerosa do direito de construir previsto no Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade prevê. Se alguém quer construir mais do que lhe é permitido pelo Plano Diretor, portanto tem alteração, sim, no Plano Diretor. Nós estamos alterando para conceder uma possibilidade de construção maior sem nenhum custo para os empreendedores. Repito: concessão de índice construtivo, metros quadrados, solo criado, piso, apartamento – no caso não é apartamento –, área construída sem cobrança para quem constrói. É disso que se trata. É isso que fizemos no incentivo às obras da Copa, é isso que está previsto do Repot. São vários projetos que passam nesta Casa concedendo índice sem nenhuma retribuição financeira. E eu quero lembrar a V. Exas., por isso encaminho contrariamente, que os valores percebidos pelo Município, por índice construtivo, devem ir para a habitação popular. É isso que diz a Legislação. E nós, ao não cobrarmos índices construtivos, nós estamos retirando recursos da habitação popular, nós estamos impactando, sim, o espaço urbano, porque nós estamos construindo mais e não estamos cobrando por isso. Então, não há acordo em função de que isso não atende ao interesse público. Em algumas poucas situações, sim, mas não neste caso, para ampliar determinados empreendimentos, na minha avaliação e na nossa avaliação.

E, segundo, porque a Prefeitura de Porto Alegre não cobra medidas mitigatórias por esse impacto. Não faz, não na medida em que deveria fazer, pela Legislação. Nesse caso que leio para V. Exas., estava previsto realizar a Av. Padre Leopoldo Brentano, realizar a Avenida Voluntários da Pátria, realizar a Av. Padre Leopoldo Brentano com o cruzamento X, Y, etc. O que transforma a Prefeitura? Leio: “Fornecer e acompanhar o processo administrativo”. Não são nem os projetos. O que era uma obra vira: “Fornecer e acompanhar o processo administrativo, até a aprovação do Projeto”. Pasmem – fonte de recursos: “A empresa se comprometerá, junto com o Município, a buscar recursos no

Governo Federal”. Então, é sério, não se cobram os índices e, depois, não se cobram medidas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 004/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria trazer três elementos que para mim são importantes: primeiro, sugerir ao Ver. Valter que leia o Projeto. O Ver. Valter visivelmente não leu o Projeto ao dizer, nesta Casa, que não influi no planejamento da Cidade e tampouco no adensamento. Não é verdade, o Projeto permite reaproveitar índices abdicados no passado, quando protocolados os projetos, de forma gratuita. Permite reaver índices abdicados, portanto aumentar as alturas, aumentar o adensamento da Cidade, influir sobre a rede de infraestrutura, influir sobre todos os bairros da Cidade – todos os bairros da Cidade! – de forma gratuita, porque sequer se paga por esses índices. É a legítima cortesia com o chapéu alheio, cortesia com o planejamento da Cidade de todos os porto-alegrenses! É isso o que se está fazendo aqui. Aliás, o Ver. Beto Moesch falou uma frase que é muito sábia: é transformar uma exceção, criada de contrabando na votação de um Projeto em 2008, em regra para a Cidade inteira. É isso que, mais uma vez – mais uma vez! –, parece-me, a maioria desta Câmara vai votar, sem discussão, querendo restringir, inclusive, a discussão de maneira açodada; sem passar pelas Comissões, sem Audiência Pública, transformar a exceção, concedida, na minha opinião, de maneira equivocada, errada politicamente, Ver. Pedro Ruas, como foi feito à OAS no ano de 2008 – é verdade, em outra Legislatura – para a Cidade inteira – para a Cidade inteira! – sem discutir regiões, sem discutir impacto e de graça. Mais um benefício para a especulação imobiliária, que vários insistem em defender. Defender a mudança dos regimes da Cidade, defender o privilegiamento desse setor, defender a concessão para tudo – para tudo! – para que eles possam fazer, e defender o uso de dinheiro público, muitas vezes, para garantir os interesses da especulação imobiliária. É isso o que vai acontecer no entorno dos bairros Humaitá e Navegantes.

Os impactos, Ver. Pedro Ruas, quem vai pagar os impactos da obra? O Governo Federal. É o dinheiro da Saúde, que não está na Saúde pública; é o dinheiro da Educação, que vai

pagar os impactos de uma das maiores empresas do Brasil, que recebe dinheiro a fundo perdido pelo BNDES. E tem gente que aplaude, diz que eles fazem um grande favor aos trabalhadores: dão empregos. Pelo amor de Deus, Ver. Valter! O que gera riqueza é o trabalho, é o trabalhador. Eu nunca vi o dono da OAS botar um tijolo, mas os trabalhadores da Arena, mais de mil, eu já vi muitas vezes. Já vi fazerem greve, já vi um operário, lamentavelmente, morrer porque não havia passarela para eles atravessarem da obra para o seu local de moradia; já vi gente defender a empresa quando um trabalhador morre porque não tinha passarela; já vi gente ser trazida enganada de vários Estados do País, com direitos trabalhistas tolhidos; já vi lucros exorbitantes com dinheiro público. Isso aqui é um benefício, na verdade estendido para toda a Cidade através de Legislações. Situação que não se restringe só a este caso: na revisão do Plano Diretor nós já vimos; no caso da Orla do Guaíba nós já vimos; na questão da ocupação de espaços públicos – agora a Opus controla o Auditório Araújo Vianna; na questão do Largo Glênio Peres, pode propaganda da Coca-Cola e o artesão não pode – e ainda dizem que eles estão de parabéns por dar trabalho. O trabalhador ultraexplorado que gera toda a riqueza dessa sociedade, que constrói prédios, não tem a mesma atenção desses Vereadores; ao contrário, para isso o Governo Federal, junto com o PMDB, o Partido do Ver. Valter Nagelstein, destina R\$ 622,00 de salário mínimo para esses trabalhadores, e, ao mesmo tempo, para a especulação imobiliária, para os grandes capitalistas, dinheiro público e Legislação para garantir os seus lucros fáceis.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 004/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLCL nº 004/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES.**

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em discussão o PLCE nº 009/12. (Pausa.)

Em votação o Requerimento de autoria do Professor Garcia, que solicita o adiamento da discussão do PLCE nº 009/12, por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. SEBASTIÃO MELO (Requerimento): Sra. Presidente, eu respeito a presidência dos trabalhos. Eu estava tentando conversar com o meu colega Professor Garcia, e não há possibilidade de renovação de votação? De renovação ou verificação?

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Nós temos que fazer dois procedimentos para dar encaminhamento à solicitação do Ver. Sebastião Melo. Primeiro, votar o Requerimento – a que cabe encaminhamento – do Ver. Sebastião Melo, que solicita verificação de votação para o Requerimento do Ver. Garcia.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo. (Pausa.) O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Presidenta, querida amiga, Ver.^a Fernanda Melchionna, eu quero dizer a esta Casa, aos meus colegas Vereadores que aqui vão permanecer, também aos que não vão permanecer, mas que conosco estarão nesta caminhada, que o Prefeito delegou ao Vice-Prefeito eleito que, a partir do dia 1º de janeiro, Ver. Garcia, este modesto Vereador, e empossado, dia 1º, como Vice-Prefeito, fará a articulação política do Governo; portanto, tratará com esta Casa. E eu quero aqui assumir um compromisso de que, primeiro, antes de os projetos chegarem a esta Casa, nós vamos discutir muito com a base, com a oposição, porque eu acho que o Legislativo precisa do seu tempo para avaliar toda a questão que vem para esta Casa.

Agora, eu queria aproveitar, Ver. Professor Garcia, este tempo, para explicar, porque, para mim, o Projeto está pronto para ser votado. Essa matéria, no Plano de 1979, estava como quer ser hoje; em 1999, ela repetiu; quando eu era Presidente desta Casa, Ver. Elias, e revisamos o Plano Diretor, Ver. Professor Garcia, nós cometemos um erro na hora da edição da Lei do Plano Diretor. A ETE, que é construída no Belém Novo, Ver.

Comassetto – e V. Exa. sabe, o Ver. Dr. Thiago sabe, todos vocês, que conhecem o Belém Novo, sabem –, aquela área foi uma compensação que o loteador deu para fazer esse loteamento que ora autorizaremos! As plantas, que estão ali nas mãos dos técnicos, são do Governo Raul Pont, são de 1997! O loteamento foi aprovado em 1992! Se eu não fizer isso, ninguém faz mais negócio nesta Cidade! Cadê a segurança jurídica?

Então, por favor, Ver. Professor Garcia, há maturidade na minha avaliação, e, se esse tempo não for suficiente, eu volto a esta tribuna, mas outros, com mais brilhantismo, poderão explicar melhor do que eu. Nós não estamos inventando nada, Ver. Todeschini, era do Governo de V. Exa., V. Exa. era Diretor do DMAE! V. Exa. conhece essa matéria! Era zona rarefeita... Nós estamos retomando, agora, para fazer aquilo que nós concebemos em 1997, Ver.^a Sofia. E a Emenda da minha querida amiga Fernanda Melchionna não pode prosperar, porque a ETE não está nessa Região em que será o loteamento; ela foi compensada com outro, que é lindeiro disso.

Então, Ver. Professor Garcia, querido amigo, extraordinário companheiro, faço um apelo a V. Exa., pois é importante para o Governo, até porque, nós vamos aprontar várias matérias; chegará nesta Casa o redesenho do Governo; eu conversarei com esta Casa logo em seguida sobre isso, com todos os Vereadores, teremos muitas matérias; e eu acho que estamos prontos para votar esta matéria. Eu peço licença ao meu Líder aqui, como seu auxiliar, que eu gostaria de fazer um apelo a todos Vereadores, especialmente à base do Governo, que esta matéria está pronta, está madura, está tranquila e ela restabelece, na verdade, aquilo que não poderia ter acontecido, que foi um erro do Plano Diretor.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e muito obrigado, Ver. Garcia, por me permitir vir aqui dialogar. Eu estou disposto a responder, porque acho que conheço, conversei longamente com a Rosane Zottis, que conhece essa matéria; portanto, estou muito embasado para discuti-la.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PEDRO RUAS: Nós estamos encaminhando e vamos votar agora o Requerimento do Ver. Sebastião Melo, sem verificação de votação? É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Isso.

O SR. PEDRO RUAS: Perfeito, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Vereadora Fernanda Melchionna, Presidente; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meu caro colega Ver. Sebastião Melo, que vai assumir como Vice-Prefeito, eu quero fazer alguns registros. Li atentamente a questão da Cauge, de que V. Exa. falou, mas eu gostaria de saber quais as contrapartidas da Arado Empreendimentos Imobiliários! Eu gostaria de ver elencado o que é que há nesse processo, porque eu acho que é legítimo isso! V. Exa. fala da Emenda da Ver.^a Fernanda, que não prospera, mas o Líder do Governo assinou a Emenda! Então, tem algumas coisas, Vereador, que nós temos que ter mais claras! E está falando alguém que é da base do Governo e quer votar sempre com o Governo! Porque eu sou Governo, ajudei a eleger este Governo, mas eu quero esclarecimentos. Eu quero esclarecimentos sobre isso! Eu não vejo nada de mais: se já faz três Governos, não vão ser duas Sessões que vão prejudicar!

É só, de forma fraterna, rápida, para não polemizar, porque eu faço parte do atual Governo.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Professor Garcia.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não pretendia falar, mas desde que o Líder do Governo foi citado pelo nobre Ver. Professor Garcia, eu quero dizer que realmente assinei a Emenda que foi proposta pela Ver.^a Fernanda Melchionna, juntamente com o Ver. Comassetto e outros Vereadores. No entanto, pela responsabilidade que tenho, eu procurei ver exatamente o que ocorria e cheguei à conclusão, depois de receber documentos, que o Projeto já era proposto desde

1999, não estava no Plano Diretor. E tenho até dúvidas, honestamente, se está incluído ou não no Plano Diretor de 1999. Mas como a documentação que me chegou às mãos – e eu falava do loteamento que está dito na Exposição de Motivos – mostrou, claramente, que estava correta a colocação da Prefeitura, eu não tinha porque não continuar a discussão e votar e aprovar a matéria proposta pelo Executivo que, de resto, foi aprovada em todas as Comissões da Casa; todas as Comissões da Casa deram pela aprovação! Portanto, posso eu ter assinado – e fiz com convicção naquele momento –, mas hoje, mais informado, dentro da responsabilidade que tenho, procurei a informação. Eu acho que a Emenda não é boa, mas de qualquer forma o Projeto é bom. Saúde e PAZ!
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Nós estamos votando o Requerimento de renovação de votação, se a Câmara aceita refazer a votação do Requerimento, que não pode ser retirado: ele tem que ser votado de novo. “Sim”, aceita a verificação; “não”, rejeita a verificação.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Carlos Todeschini, o Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Passamos à verificação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia que solicita adiamento da discussão do PLCE nº 009/12, por duas sessões. Em votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

(O Ver. Haroldo de Souza reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Antes de iniciarmos a votação do Projeto em discussão, nós temos a Emenda nº 01, da Ver.^a Fernanda Melchionna e outros, mas não tem o Requerimento de Dispensa do Envio às Comissões. Teremos que devolver o Projeto às Comissões.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Exatamente, Sr. Presidente, existem informações que não estavam contidas no Projeto, ao contrário, era extremamente complicada a redação, tanto é que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente fez um Parecer limitando a

Estação de Tratamento de Esgoto, e tratava-se de uma zona lindeira, portanto esta Vereadora solicita o envio para as Comissões.

O SR. SEBASTIÃO MELO (Requerimento): Sr. Presidente, respeitando a minha colega, eu quero encaminhar contrariamente, nesta Casa é praxe, em todos os anos que estou aqui, acontece todos os dias casos como este, é o não envio às Comissões, portanto, faço Requerimento para não enviar às Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo, que solicita a dispensa de envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/12 às Comissões, para Parecer. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu fico impressionada, nesta Câmara, com a indisposição do Governo em dialogar com a oposição. O Ver. Sebastião Melo veio a esta tribuna na condição de Vice-Prefeito, dizendo que queria mudar a relação, pois, na primeira votação que temos, já com essa discussão, o Ver. Sebastião Melo tenta, mais uma vez, de maneira açodada, de maneira antidemocrática...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sim, também houve a da SEDA – Secretaria Especial dos Direitos Animais. Isso mostra que a intenção do Governo de discutir com a Câmara e, portanto, com a sociedade, mais uma vez, são meras palavras ao vento. E mais, nós, não estamos falando de qualquer Projeto, estamos falando de um Projeto que entrega uma área de 45 hectares de área rarefeita para uso intensivo, que pode ser quem quer que seja que entregou a área, qual o Governo que seja, mas não se pode fazer sem discussão.

O Ver. Professor Garcia, que inclusive é da base do Governo, fez um Requerimento de adiamento por duas Sessões, e sequer isso o Governo aceita, tenta inclusive tirar uma prerrogativa de uma Vereadora de requerer que as Comissões analisem a sua Emenda, para que, mais uma vez, seja passada uma patrula, um trator do Governo Municipal na

Câmara, um fato que sequer permite a discussão. Eu respeito o Ver. João Antonio Dib, ele sabe a minha opinião com relação à sua pessoa como Vereador, mas se ele assinou a Emenda desta Vereadora, é que sequer ele tinha compreendido o Projeto na segunda-feira. Nós estamos na quarta-feira, e o Líder do Governo, assim como mais seis Vereadores, não tinham entendido o Projeto, e não é demérito dos Vereadores, Ver. Pedro Ruas, é porque a Exposição de Motivos é um engodo que leva a crer que o Projeto é para construir uma Estação de Tratamento de Esgoto, fato que teria apoio desta Vereadora, que teria apoio do PSOL, que teria apoio da oposição, que teria apoio da sociedade, porque permitir, numa área rarefeita, construir algo que é para o bem comum, que é o saneamento básico, nós damos acordo, não importa se o Projeto é do Governo, não importa se o Projeto é do Vereador A, B ou C, nós votamos aquilo que é importante para a cidade de Porto Alegre.

Entretanto, o Projeto não é isso, o Projeto abre a possibilidade de uso intensivo, em 45 hectares, em região que tinha área rarefeita que não permitia esse tipo de construção: loteamento, adensamentos, uma área que deveria ser preservada com as características de lazer, como previa o Plano Diretor. O mais chocante, Ver. Professor Garcia, é que a confusão não foi só desta Vereadora, mas também do Líder do Governo e de vários outros Vereadores, achando que o Projeto se tratava disso. Eu fiz a Emenda na maior das boas intenções. Eu fiz a Emenda no sentido de restringir a Estação de Tratamento de Esgoto, Ver. Elias Vidal, que é do Partido Verde, que se importa com a questão da preservação e da manutenção do Plano Diretor da nossa Cidade! Nós fizemos isso com essa intenção! E aí o Governo, hoje, nesta Casa, tem que esclarecer aos seus próprios Vereadores que, na verdade, trata-se de entregar 45 hectares para, mais uma vez, a especulação imobiliária construir em parte da nossa Cidade que deveria ser preservada! Outras áreas precisam de adensamento. O problema não é que não se pode ter construção, mas o Plano Diretor divide justamente para garantir para garantir a harmonia do desenvolvimento de uma Cidade, do respeito pela qualidade de vida e a possibilidade de diminuir a poluição atmosférica, de garantir a redução do calor e de uma série de coisas que são fundamentais à preservação de determinadas regiões da cidade de Porto Alegre.

Então, eu subo à tribuna para dizer que havia um grande engano em relação ao Projeto e, mesmo assim, o Ver. Sebastião Melo insiste em querer mudar o método, quer patrolar a

oposição nesta Casa. O Governo começa mal, Ver. Sebastião Melo, mas o senhor pode ter certeza de que a oposição, que tem o Vereador mais votado nesta Casa, vai também se fortalecer e ser muito firme nos próximos quatro anos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Srs. Vereadores, para entender o que está em debate. Quando foi feito o gravame para a área de ETE, foi feito em uma área maior, algo em torno de 45 hectares, no que agora está sendo proposto o desgravame, ou seja, algo que estava reservado como área rarefeita passa a ter uma área de ocupação com regime urbanístico, possivelmente combinado com aquilo que deverá ser um grande projeto imobiliário no entorno; parece que são mais de 300 hectares.

Quando foi feito o gravame... e aí eu quero chamar atenção; o Ver. Dr. Goulart, me parece, esteve lá comigo na estação quando era diretor do DMAE; trata-se de área contígua à estação, área que tem que ser melhor examinada para fins de habitação, por quê? Porque uma estação sempre tem impactos. Aí, Dr. Goulart, vai ter odor de esgoto. Vai ter, não tem odor de perfume francês em estação de esgoto! E o que está se fazendo é o desgravame para que essa área contígua, de 45 hectares, seja usada para habitação. Poderei vir a concordar que seja, mas eu quero ver melhor, porque, como a Ver.^a Fernanda falou aqui, no que ela foi muito própria e adequada, é preciso entender melhor. E é real: precisa-se dominar e saber o que se está votando, porque, senão, depois, quando as pessoas estiverem indispostas, porque o loteamento foi feito ao lado da estação, onde odores da estação de esgotos chegarão às casas conforme os ventos, para quem eles vão reclamar? Para mim não! Não vou aceitar, porque tem que se pensar sobre isso. É disso que se trata, na verdade. Eles vão querer saber quem aprovou esse projeto, quem permitiu que o Plano Diretor fizesse isso. Então, trata-se disso, porque, se foi feito um gravame, toda a estação de tratamento tem que ter uma área de proteção. E nós não estamos dizendo aqui que somos contra nem a favor; nós só concordamos com a proposição do Ver. Garcia, para que nós possamos olhar melhor o que está proposto, porque, senão, as consequências serão para as cidades, para os usuários, para os

mutuários daquela região, para os futuros habitantes, e trata-se, de novo, como nós votamos anteriormente, da alteração de Plano Diretor.

Eu penso que as coisas têm razão de serem pelo menos melhor debatidas; é isso o que se pede. E eu vejo também aqui como muito perigoso o papel que o nosso futuro Vice-Prefeito Sebastião Melo exerce. Ele já fez, há poucos dias, na questão da SEDA; foi aqui o capitão da dilaceração da SEDA, uma Secretaria que tem R\$ 7 milhões de Orçamento e não tem mais obrigação nenhuma. Agora, há pouco, debatíamos outro assunto, o Vereador atual e futuro Vice-Prefeito teve o mesmo papel e agora pretende passar de trator sobre quem discorda. Eu não aceito este tipo de condução. Esta Casa, o Parlamento é local para se debater. Eu tinha dúvidas sobre o Projeto das Repots; conversei com o Ver. Newton Braga Rosa e ele me dirimiu várias dúvidas; portanto, sobre aquele Projeto sou capaz de votar a favor. Tenho condições. Agora, o atual aqui em debate, não; por quê? Porque há muita dúvida, e lamento a insensibilidade da base do Governo, lamento o seu papel, de novo, Ver. Sebastião Melo, de não aceitar a discussão, usar da maioria que tem para forçar as decisões. Isso não é um método democrático, não é... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento de autoria do Ver. Sebastião Melo, que solicita a dispensa de envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/12 às Comissões, para Parecer. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Primeiramente, Sr. Presidente, como o Projeto está em discussão, eu gostaria de destacar a Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/12. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Sim.

Em discussão o PLCE nº 009/12. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Haroldo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, população que nos assiste, eu votei a favor de voltar às Comissões, porque, de fato, aparentemente, este processo é antigo e há uma expectativa criada ao empreendedor, o dono da área, área que foi alienada e de que – acho que é importante nós deixarmos muito claro – nós estamos fazendo uma liberação, uma mudança de índices construtivos, de regime. Eu acho que o debate nos trouxe elementos e este Parlamento tem que ter esses elementos, Ver. João Antonio Dib. Não fique brabo! Vossa Excelência, como Líder do Governo, e sua assessoria o trouxeram para nós, mas é um empreendimento muito grande e extenso que vai acontecer na Região Sul, em uma área predominantemente rural até o atual Projeto e numa área que era destinada predominantemente para o lazer. Nós sabemos que a Região da Zona Sul vem sendo tomada por empreendimentos dessa natureza. Eu não contei, mas acho que são mais de mil moradias.

O que me preocupa... eu não acho isso impossível de acontecer, Ver. Comassetto, que é muito zeloso, acompanha a Zona Sul; acho que a Cidade está crescendo e que em algumas áreas a urbanização é bem-vinda, até há uma reserva de área para escola e para praça, mas ao que temos assistido na Zona Sul em grande medida é uma dificuldade, e essa é uma crise constante no Conselho do Plano Diretor e nos representantes das regiões do Plano Diretor da Zona Sul, é uma dificuldade de a comunidade incidir sobre as contrapartidas, de a comunidade conseguir projetar o impacto de trânsito na Zona Sul. Muitos empreendimentos estão acontecendo sem a comunidade entender e ver onde estão, na verdade, sendo alocadas as contrapartidas, se em parques e praças. Há proposta de parque na Zona Sul, Centro-Sul... Nós não temos a segurança de votar um Projeto sem que a comunidade no entorno não vá sofrer as consequências. É um Projeto forte, de grande impacto, e por isso, Ver.^a Fernanda, inclusive, votei para sua Emenda ir para as Comissões para avaliarmos melhor. Acho que devemos construir uma Emenda para tentar garantir que a comunidade do entorno, Ver. Comassetto, incida sobre as contrapartidas, sobre as medidas mitigatórias, sobre as medidas compensatórias que um empreendimento com esse impacto, com esse tamanho e esse volume, vai causar.

Informa-me o Assessor do Ver. Dib, e eu quero agradecer pela informação, eu vinha perguntando, desde que começou o debate aqui: quais eram os índices construtivos que

estavam se estendendo para todos esses hectares? Então, há uma modificação de 0,1 para 1. Para construção é uma modificação grande. Nove metros é a altura permitida, portanto, serão moradias, será, provavelmente, um loteamento horizontal, mas nós sabemos do impacto viário que tem acontecido na Zona Sul, nos morros da Zona Sul, inclusive, de grandes condomínios horizontais, na redução da arborização. Eu não conheço essa área, eu não sei se ela é uma área coberta por vegetação, e eu gostaria que Ver. Sebastião Melo, que está muito convencido, nos dissesse se isso aqui acarretará um grande desmatamento, porque, pelo que a gente vê aqui, é muito intensiva a ocupação, são muitos lotes. Eu não sei se isso aqui é uma mata, eu não sei qual é o tipo de vegetação que hoje cobre essa imensa área.

Eu tenho dúvidas, e acho que o debate precisa elucidá-las. E eu gostaria que nós amarrássemos melhor as contrapartidas para que a comunidade incidisse sobre elas, definisse as prioridades e, de fato, enxergasse as contrapartidas num empreendimento desse tamanho, com essa alteração de volumetria que tem aqui, e beneficiasse o conjunto da região, não apenas o empreendedor.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/12.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores, Vereadoras; senhoras e senhores; na reunião passada, quando o Projeto entrou aqui na Ordem do Dia, por encaminhamento direto da presidência, nos ocasionou surpresa por ser um Projeto que não tínhamos discutido e que veio a pedido do Governo para a Ordem do Dia. Pedi o adiamento da Sessão para que pudéssemos analisar e entender o Projeto e, naquele momento, a Ver.^a Fernanda apresentou uma emenda, a qual assinei, no entendimento de que havia confusão na proposta apresentada. E não fui só eu que assinei, também a Ver.^a Sofia e o Ver. João Antonio Dib.

Fui buscar as informações para entender o Projeto. Vou votar favoravelmente ao Projeto, vou dizer aqui por quê e vou apontar aqui o que entendo que temos que acordar neste Plenário. Primeiro, se votarei favoravelmente ao Projeto, já comuniquei à Ver.^a Fernanda

que estou retirando o meu nome – por força regimental, não é mais possível – da Emenda apresentada, porque ela muda o conceito que foi apresentado com o Projeto.

Essa área fica em Belém Novo, na saída de Belém Novo em direção ao Lami, onde, no ano de 1999, o Prefeito Raul Pont, do meu Partido, assinou uma Resolução de ajuste de limites do potencial construtivo daquela área. Essa Resolução tem exatamente o mesmo conteúdo do Projeto de Lei que vem para esta Casa hoje. Mas isso foi feito em função dessa área, porque houve a desapropriação da metade da área para fazer uma Estação de Tratamento de Esgoto lá. Essa Estação de Tratamento de Esgoto já está construída. Na época, discutíamos fazer, no restante da área, um projeto que se chamava Urbanizador Social. O que estamos fazendo hoje aqui? Na verdade, transformando a Resolução feita pelo Prefeito do meu Partido, Raul Pont – portanto, não posso ser contra –, num Projeto de Lei que propõe densificar a área, é verdade, criando um regime extensivo, para regime residencial nessa área. A altura continua a mesma, de 9 metros e transforma o índice de 0,1, para índice 1 construtivo. Vai densificar? Vai densificar. Vai ter mais população? Vai ter mais população. Isso é uma ilha? Não, é ligado a Belém Novo, que já está com um regime urbanístico que é intensivo. Fica em frente a uma área do Estado, área da FASE, que acabamos de aprovar, no Governo do Estado, para fazê-la como Área Especial de Interesse Social, que é a área da frente, onde vai ser regularizada a área do Chapéu do Sol. Então, qual é a discussão que, para mim, nós temos que fazer aqui? Qual é o impacto que vai ocasionar, na região, e quais são as contrapartidas que nós temos que acordar para que esse projeto se instale, sem ocasionar prejuízos da urbanidade na região. Então, no meu entendimento, como um projeto que vem para construir parte da cidade de Porto Alegre, e a discussão aqui das contrapartidas. Para isto, Ver. Sebastião Melo, já lhe dou um aparte. Quero dizer que temos que fazer aqui um acordo na discussão: quais são as contrapartidas que esse projeto oferece para a comunidade, para a região, diante dos problemas que existem? Bom, ali, existem problemas educacionais. Não tem o ensino da Educação Infantil. Bom, isso pode ser uma contrapartida? Ali, não tem área de lazer para aquelas comunidades que vivem no entorno. Bom, pode ser a discussão de construirmos uma área de lazer para poder receber a comunidade de Belém e essa comunidade que vai aí se instalar? Ou então, Ver. Sebastião Melo, a aprovação do projeto não se dará este ano, vai se dar no seu Governo. Então, eu queria construir aqui, sim, um compromisso do futuro Governo de nós

abrirmos uma agenda de discussão das contrapartidas sociais para resolver os problemas que existem na região, que são muitos.

O SR. PEDRO RUAS (Questão de Ordem): Sem querer atrapalhar o aparte do Ver. Sebastião Melo, lembro que não foi marcado o tempo. Pelo meu controle, já se passaram seis minutos, Ver. Sebastião Melo.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Muito obrigado pela sua preocupação.

O Sr. Sebastião Melo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Pela beleza da explanação, ele podia falar mais dez, não é? Bom, primeiro Ver. Comassetto, eu quero dizer que aceito a sua proposição, e como parceiro do Governo, esta agenda está aberta porque eu acho que ela é absolutamente justa. Segundo, eu quero dizer o seguinte, Ver. Todeschini: tenho muito carinho por V. Exa., fizemos aqui bons embates, especialmente quando o senhor era Diretor do DMAE. Eu quero informar a esta Casa que quem desapropriou esta área que está em discussão foi o Ver. Todeschini, na época em que era Diretor do DMAE, em 1999. Só quero registrar isso porque está nos Anais da Casa. Eu posso mandar buscar os documentos da Prefeitura.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Obrigado, Ver. Sebastião Melo. Certamente o Ver. Todeschini terá a oportunidade de se pronunciar aqui, porque, na época, eu não estava no Governo e nem nesta Casa, então, não tenho as informações do que foi aqui afirmado. Mas quero dizer que a Resolução foi assinada pelo então Prefeito, que hoje é Presidente do meu Partido, no Estado. Então, o que nós precisamos discutir aqui, Ver. Kevin Krieger e Ver. Paulinho, é o que não estamos discutindo na Cidade. Quando se instala um empreendimento, qual é o impacto que ocasiona e como podemos fazer com que esses empreendimentos revertam em contrapartidas para qualificar toda a comunidade? Bom, qualificar, mudar regime urbanístico, isso faz parte do rito desta Casa. Então, eu me sinto muito tranquilo, neste momento, com as informações que busquei, de trazer aqui a minha opinião a respeito do Projeto que estamos discutindo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/12.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o maior problema deste Projeto não é o que sabemos dele, Ver.^a Melchionna, é o que não sabemos! Este é um problema de outros projetos que o Ver. Sebastião Melo, agora há pouco, prometia resolver para o futuro, porque este Projeto, eu não sei se de forma proposital ou não, mas ele veio com informações erradas e sem as informações necessárias. Isso levou a diversos equívocos, a “n” interpretações, a ponto de o Líder do Governo assinar a Emenda, que, depois, foi discutida aqui. Não é Ver.^a Melchionna? Então, não é possível que um Projeto de tamanha importância e envergadura chegue a Casa com este grau de informação, precário e prejudicial à análise legislativo. O que me impacta também, Ver. Comassetto, é a posição de V. Exa., porque o argumento de que não pode votar porque é de autoria do Presidente do seu Partido, o ex-Prefeito Raul Pont, é um argumento que não posso aceitar! É inacreditável! Veja bem, V. Exa. já disse aqui da tribuna que Vereadores da situação, o que é verdade, votam Projetos somente que são do Governo. E aí vem V. Exa. repete o mesmo argumento e a mesma prática e diz: “Porque é do Raul Pont, então, eu voto”. Não! O Projeto é ruim ou o Projeto está mal informado. Aí, V. Exa. diz assim: “Ora! Então, nós temos é que analisar tal, tal e tais itens. Mas como analisar, se V. Exa. quer aprovar o Projeto? Análise tem que ser prévia à votação e não posterior, depois não tem o que fazer.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pedro Ruas, neste momento nós temos um acúmulo de informações diferentes. Eu pedi o adiamento na Reunião passada para analisar o Projeto. Analisei com profundidade, e me convenci. Nós não estamos votando aqui o projeto urbanístico; nós estamos fazendo uma adequação de regime urbanístico. Após isso, será aprovado o Projeto. Aí eu propus que, para a aprovação do Projeto, se abra uma agenda de diálogo com a comunidade para discutir as contrapartidas. Obrigado.

O SR. PEDRO RUAS: Eu entendi isso. Mas V. Exa. disse na tribuna que não poderia votar contra o Projeto, que era do seu ex-Prefeito, Presidente do Partido. Isso não é

argumento, aliás, isso é a própria ausência de argumento. Isso aí na verdade, não pode convencer ninguém. E, seguramente, não convence nem os Vereadores do PT, que dirá fora.

Então, eu quero sustentar o seguinte: este Projeto veio com poucas informações – eu não quero nem afirmar que de maneira proposital, mas talvez sim – informações equivocadas; não é por nada que o próprio Líder do Governo, Ver. Beto Moesch, assinou a Emenda da Ver.^a Melchionna, que o Ver. Comassetto também assinou, e que depois vem sustentar um outro tipo de argumento na tribuna, que não nos convence, porque não é que tenha algo por trás; não é isso. É que a argumentação que é trazida é muito frágil para sustentar uma aprovação de um Projeto de tamanha importância e envergadura. Que tipo de medida compensatória vai justificar o prejuízo ao meio ambiente que vai ser causado ali, com certeza, numa área rarefeita que passa a ser uma área intensiva? Olha, à exceção das grandes empresas de construção e as imobiliárias, eu não vejo qual é o interesse urgente que possa nos impedir de uma análise mais correta e adequada, Ver.^a Melchionna. Não vejo. A autoria do Projeto também não justifica a sua aprovação, como também não justificaria a sua rejeição. Nós já votamos aqui, eu e a Ver.^a Fernanda, um Projeto de autoria do Executivo, e com muita alegria, com muita honra, sem nenhum problema. Não é a autoria que define um Projeto: é o seu conteúdo, é o mérito, e este, no mérito, no mínimo, não é claro. Naquilo que resta claro, ele é ruim. Mas o pior dele é no que não é claro.

Então, eu questiono aqui, respeitosamente, esse pedido de aprovação de diversos Vereadores, particularmente o do Ver. Comassetto, porque a argumentação de que a autoria justifica a aprovação não nos convence.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Engenheiro Comassetto, do Ver. Sebastião Melo e do Ver. Toni Proença, ao PLCE nº 009/12.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/12.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Para elucidar, quando foi feito esse gravame, eu não estava na Prefeitura, em 1999; eu só ingressei na Prefeitura e no DMAE em 2001,

portanto, não tenho e não tinha a memória minuciosa e atualizada. Estava vendo os documentos, porque houve um desgravame da área à época, mas nem por isso eu deixarei de vir aqui fazer os alertas. Uma Estação de Tratamento de Esgoto produz gás! Depende da quantidade que será mais ou menos operada. E quem quer refrescar a memória e saber, é só lembrar quando passa por Cachoeirinha, por exemplo, em direção ao Litoral, naquelas lagoas, é a mesmíssima coisa. Você passa na *freeway* e sente os odores da Estação. A ETE de Belém Novo é uma ETE excelente, mas, por vezes, ela pode ter problema de operação. Quando entra uma carga com muita diluição, com muita chuva; quando ela deixa de ser operada por um motivo ou por outro, por substituição de bombas, produzirá gás. Estação de Tratamento de Esgoto não cheira a perfume francês, Ver. Cecchim! Portanto, ainda que possa ter essas mudanças propostas, seria necessário examinar com mais cuidado, com mais acuidade, porque há uma resolução do Plano Diretor que aprova o parcelamento do solo em regime de loteamento, conforme documento que eu vi em mãos, com o Ver. Cecchim. E, portanto, a minha crítica aqui é quanto ao açodamento e o atropelamento da discussão. Por quê? Quem não sabe quantas ações e quantas reclamações há dos vizinhos por conta dos gases e dos odores produzidos, em especial, pela respiração, pela digestão anaeróbica dos esgotos? Dos materiais orgânicos? E, pelo visto e pelo proposto, está se aprovando um loteamento no limite dos limites da ETE.

Penso, Ver. João Dib, que uma medida de cuidado deveria olhar para isso. E não tem como ser diferente também, as estações de tratamento de esgoto têm que funcionar e elas são nessa dimensão. E as por lagoa anaeróbicas são as mais baratas e das mais eficazes, mas tem impacto na vizinhança, sim! Essa questão dos odores tem uma única medida que serve de proteção, que é a constituição de cortinas vegetais de grande porte, que devem servir, de um lado, de quebra-vento e, de outro, de proteção às áreas lindeiras. É por isso que eu penso que, inicialmente, foi feito esse gravame de preservação verde, de área rarefeita, porque ela tinha que ter cuidados ao se destinar à habitação. Estamos retirando isso com a medida! Isso vai trazer problemas, vai ser motivo de queixas e de grandes preocupações, porque as pessoas que vão viver no entorno vão receber o impacto dos gases, em especial do gás sulfídrico, que é o gás característico do esgoto. Esse é um gás que inclusive é muito maléfico para a saúde porque, em contato com a umidade, em especial dos pulmões, se transforma em ácido sulfúrico. E ácido

sulfúrico é um ácido forte, corrosivo, e, portanto, deve-se evitar habitação nesses ambientes. É disso que estamos falando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/12 às Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Beto Moesch está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/12.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós estamos diante de um Projeto de Lei que, na realidade, já deveria ter sido apresentado a esta Casa há muitos e muitos anos e, pelo que eu entendi, se é que eu entendi o Projeto, porque, quando eu relatei este Projeto eu achei que era uma coisa e, depois vimos que era outra coisa. Nós achávamos que era a colocação no Plano Diretor da regulamentação da área de uma ETE – Estação de Tratamento de Esgoto –, mas não era isso. A culpa é da Câmara? Não! O Poder Executivo, desde 2001, ao menos desde que eu estou aqui, não informa suficientemente esta Casa sobre projetos de sua autoria! Então não é isso. É a área lindeira, porque o DMAE – ao menos é do que eu tenho aqui do processo do Poder Executivo, passando por todas as instâncias da Prefeitura, DMAE, SMAM, DEP, PGM, EPTC e depois no final a Secretaria do Planejamento –, lá em 98, buscou a desapropriação de uma área para a realização da ampliação de uma ETE – Estação de Tratamento de Esgoto. Ao invés da desapropriação, o que se fez? Para mim, equivocadamente, mas já é fato consumado: se trocou, se negociou. Assim, a Prefeitura não precisou pagar, não precisou desapropriar, e, em troca – na época não existia área rarefeita –, era uma área extensiva, com muito baixo índice construtivo, aumentou o índice construtivo – passou a ser uma área intensiva – ao invés de pagar. Então, na minha opinião, comprometeu o meio ambiente do bairro Belém Novo, porque permitiu uma intensidade muito maior de construção. Então, houve uma troca. O que nós estamos fazendo hoje? Grafitando, colocando no Plano Diretor essa mudança da área que não é a da ETE. Então, na minha opinião, tem mérito? Não tem mérito! Não tenho como ser favorável no aspecto de mérito. Aliás, o grande problema desta Cidade é esta Câmara ter

aprovado AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social – com muita intensidade de construção em área rarefeita, que é rarefeita justamente para ser preservada, ao menos um pouco preservada. Novamente o quê? Estamos rasgando o planejamento da Cidade, mas isso é com relação às AEIS, e é por isso que o Ministério Público entrou com uma ação na Justiça contra dez AEIS, de um total de mais de 40, que foram transformadas em área rarefeita. Não é por menos, Ver. Dr. Goulart, que o Ministério Público entrou com ação, provocado por nós, numa reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual V. Exa. já foi Presidente. E nós apresentamos um Projeto de Lei, a Comissão, também respaldando essa ação do Ministério Público. Nós não somos contra as AEIS; pelo contrário, mas não em zona rarefeita ou em área de proteção do ambiente natural, como está ocorrendo – e como já ocorria antes, como é o caso aqui. O problema é que isso aqui já está consolidado. Não há mais o que fazer. Esse é o grande problema. Não tem mérito, mas já está consolidado. Esse é o problema. Mais uma vez, o Legislativo não tem muito o que fazer devido ao atropelo que o Poder Executivo historicamente vem fazendo com relação à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja votado em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 009/12.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 009/12, por cedência de tempo do Ver. Adeli Sell.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Meus prezados colegas Vereadores e Vereadoras, vim aqui para esclarecer, principalmente ao Ver. Pedro Ruas, que sempre é muito incisivo nas suas falas, de que minha justificativa não é só porque foi assinado pelo então Prefeito Raul Pont, mas porque isto faz parte de um processo de construção de cidade. Foi encaminhado pelo então Prefeito Raul Pont, que hoje é o presidente do meu Partido, já deveria ter se consolidado sob ponto de vista legislativo e não se consolidou. Explico: essa área em Belém Novo, cujo proprietário nem sei quem é, como a Prefeitura, cedeu metade da sua área para fazer uma estação de tratamento de esgotos, que já está funcionando. É um projeto que veio para qualificar ambientalmente e urbanisticamente a

cidade de Porto Alegre. Foi assumido um compromisso de dar regime urbanístico na outra parte da área para aí ser desenvolvido um projeto. Na política, os acordos tem de ser cumpridos legalmente. O que a lei determinava na época? Que isso poderia ser através de resolução normativa do Prefeito, e o Prefeito fez a resolução normativa. Aprovamos um novo Plano Diretor em que essa resolução normativa não foi incorporada. O atual Prefeito encaminha essa resolução normativa para que seja, através de lei, incorporada ao Plano Diretor. Aí está minha justificativa num processo de construção de cidade.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Essa justificativa que V. Exa. apresenta não serve para aquilo que foi dito, de examinarmos as contrapartidas. Se já está aprovado, o que vamos examinar?

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: V. Exa. continua com uma análise equivocada do processo, não do conteúdo. Estamos, neste momento, aprovando somente a definição de atividade que pode ser desenvolvida na área, que antes era agrícola e agora pode ser residencial. Estamos definindo que o índice que antes era de 0,1 pode ser 1, agora. Nós estamos definindo que a altura das construções, que era de nove, continue assim. É isso que estamos definindo em lei; após essa definição, terá que ser aprovado um projeto urbanístico para 500 e poucas residências, que é um esboço que circula nesta Casa. Nessa discussão do projeto urbanístico, eu sugeri aqui – já tivemos o acordo do Líder do Governo, bem como do futuro Vice-Prefeito – que a discussão das contrapartidas com as comunidades possa ser feita, possa ser elaborada e que o projeto venha também a responder aos problemas que porventura existam. Para isso, vai ser feito um debate, uma discussão, uma audiência pública, como é feito com qualquer Projeto, há o fórum de planejamento que tem se ser analisado. É isso que estamos propondo aqui como encaminhamento posterior, e o Vice-Prefeito eleito já assumiu esse compromisso.

Portanto, meus colegas Vereadores e Vereadoras, venho aqui justamente fazer essa segunda fala para justificar a minha primeira, que teve uma interpretação diferenciada. Quero dizer que estamos hoje concluindo um processo que iniciou em 1999, no sentido de construção de cidade, o que já resultou num benefício que é a Estação de Tratamento de Esgoto, que lá está funcionando, e a outra parte que foi acordada e não foi cumprida, e que poderá ser a partir do Projeto de Lei. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o PLCE nº 009/12. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu, de fato, acho que a votação do Projeto e da Emenda nº 02 acabam anulando a minha Emenda, que vai ser votada posteriormente. Mas, para mim, não tem problema, porque, neste caso, é uma discussão de concepção, de como os projetos e as informações são trazidos.

O Ver. Pedro Ruas foi muito correto ao falar sobre as informações confusas que vieram no Projeto, levando vários Vereadores, inclusive o Líder do Governo, a assinarem a Emenda de minha autoria. Ele foi cauteloso ao alertar que talvez essa confusão feita no Projeto fosse proposital, e o fez de maneira correta. Mas vendo a intransigência da Prefeitura em adiar por duas Sessões, vendo as tentativas claras de que não haja discussões, transformando tudo, Ver. Carlos Todeschini, em discussões posteriores, quando na verdade sabemos que, mesmo previstas em lei, determinadas contrapartidas não são realizadas na cidade de Porto Alegre, imaginem quando elas não estão contidas na lei!

Eu fico imaginando que, de fato, não foi uma confusão proposital. O mais estranho é ver as argumentações do Ver. Engenheiro Comassetto para justificar a sua posição favorável a um projeto que não foi discutido com a comunidade do Belém Novo, que isso não foi discutido com a população da Zona Sul, argumentando que foi um projeto de 1999 e que, de lá para cá, não veio para a Câmara. Ora, se o Prefeito de 1999 foi incompetente e não encaminhou esse debate para a Câmara, e não fez esse debate com a Cidade, fazendo uma troca como se a Prefeitura fosse uma imobiliária, atacando uma das características fundamentais para a preservação da Cidade, que é a manutenção de áreas rarefeitas, para que a gente possa desenvolver e garantir qualidade de vida, eu quero dizer ao Ver. Comassetto que dois erros não fazem um acerto, que não importa quem foi que encaminhou o Projeto naquela época, e, se o encaminhou errado, nós o estamos discutindo em 2012! Em 2012 não tem justificativa, Ver. João Antonio Dib, para que não sejam discutidas as contrapartidas antes da votação do Projeto. Não existe nenhuma

razão para que não se possa discutir todas as contrapartidas necessárias do ponto de vista dos equipamentos, do ponto de vista da preservação ambiental, do ponto de vista de minimizar os impactos na região, do ponto de vista de garantir a preservação de um pedaço da Cidade.

Então, eu quero fazer minhas as palavras do Ver. Pedro Ruas, quando ele falou dos argumentos. Nós, recorrentemente, criticamos aqui na Câmara, quando a base do Governo vota sem sequer discutir. Pega e vota porque é da base do Governo. Simplesmente, porque é da base do Governo, votam-se todos os projetos do Governo! Nós não acreditamos nisso. Muito bem falou o nosso Líder de quantos projetos do Governo nós votamos a favor, quando os projetos são bons. Mas essa justificativa não nos serve. Não discutir o futuro da região, dizer que essa é uma mudança que não é urbanística, do Regime Urbanístico? Por favor, expliquem-me: qual mudança do Regime Urbanístico que não é uma mudança urbanística no Plano Diretor da cidade de Porto Alegre? Explique-me, Ver. Comassetto: como aquilo que está sendo mudado, para transformar em área intensiva uma área que hoje é rarefeita, não é mudança urbanística da cidade de Porto Alegre? Eu quero que eles me expliquem como vão fazer este amplo calendário de debates para discutir os equipamentos e as contrapartidas da região depois que a lei for votada.

Aliás, Ver. Professor Garcia, que me ouve atentamente, a quem pode interessar que seja votado o Projeto sem discutir as contrapartidas? De quem é o interesse de aprovar uma mudança brutal no Regime Urbanístico sem discutir o que fica de contrapartida na Cidade, numa região que já tem dificuldade no transporte coletivo, recém saiu o edital das licitações, depois de longos anos. A comunidade tem problemas de uma série de outras contrapartidas públicas – e acaba meu tempo – e que está cada vez mais sendo ocupado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 009/12.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Volto a chamar aqui a atenção aqui dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras: ainda que tivesse sido feito o desgravame lá no fundo, é bom

saber que a situação de hoje demonstra que os impactos produzidos pela ETE são significativos. E o que está proposto é que o regime de densificação passe a ser de 0,1 para 1, ou seja, aumentar dez vezes o número de habitações nessa área. Vamos ficar só por aí!

Eu, quando fui Diretor do DMAE, quando fui responsável pela conclusão dessa ETE, recebia reclamações de todos os moradores, de todos os vizinhos, porque foram esses afetados pelos gases, sim. E não há como ser diferente, porque em algum lugar da Cidade vai ter de haver estação, em algum ponto vai ter que se tratar os esgotos. E não existe – repito – Estação de Tratamento que cheire a perfume francês; Estação de Tratamento sempre vai ter odor de esgoto, de ácido sulfídrico, de ácido nítrico, de todos os gases produzidos, em especial pela fermentação anaeróbica. E com os agravantes desses gases, como o ácido nítrico e, em especial, o ácido sulfídrico, serem muito tóxicos para a saúde e causarem problemas respiratórios intensos.

Então, se não foi previsto, à época, e se havia a intenção de fazer o desgravame, como vi alguns documentos, tem que considerar que isso também foi equivocado e que uma área de regime rarefeito deveria ter sido mantida para que tivesse a menor ocupação possível naquele entorno, como forma de dissipar os gases, como forma de construir uma cortina vegetal, ou seja, fazer o plantio de árvores portentosas como o *eucaliptus* e outras espécies que pudessem ter aí 10, 15, 20, 30 metros de altura, para fazer a devida proteção por barreira física, fazer os quebra-ventos e os arrastos dos gases. É isso que deveria estar sendo analisado aqui e não contrapartidas de qualquer espécie, porque isso não mitiga, não atenua, não diminui os problemas causados por uma ETE. Essa é a questão, esse é o sentido da Cidade, esse é o sentido de a Câmara fazer leis e não se moldar às pressões, aos interesses da A, B ou C, como, sistematicamente, a maioria aqui faz. Isso é equívoco! Quando esses moradores reclamarem, quando forem aos microfones das rádios, quando vierem à Câmara ou às Comissões, o que vai ser dito? “Ah, não, mas nós concordamos, o Governo não avisou e tal”. Não pode ser assim, é sabido que tem um impacto forte! Não tem, repito, não tem Estação de Tratamento de Esgoto que cheire a perfume francês, quem passa pela *freeway*, ali pela Estação de Cachoeirinha pode sentir isso, é aquele odor que tem ao lado de uma Estação, porque o princípio é o mesmo, é uma Estação de mesma natureza.

Portanto, chamo a atenção dos Srs. Vereadores porque, se há um equívoco do Executivo, ele não pode ser corroborado, não pode ser chancelado pela Câmara. A Câmara tem o dever de fazer o alerta e as alterações, porque se o Executivo só tem dois olhos, aqui, pelo menos, tem setenta e dois. Somos 36 Vereadores, não é? Estou fazendo este alerta como ex-Diretor do DMAE, porque é uma questão, digo e repito, da Cidade. Tem todos os problemas que a Ver.^a Fernanda levantou? Também tem, sim: o fato de adensar regiões distantes, que dependem de transporte, que dependem de uma infraestrutura não existente, que dependem de inúmeros fatores que constituem problemas, mas mais esse de eu chamo a atenção, porque não é qualquer lugar, é vizinhança de uma ETE. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 009/12. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 009/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós fizemos esta Emenda na segunda-feira, à tarde, o que mais uma vez mostra o desconhecimento que havia em relação aos projetos, e uma exposição de motivos que levava a crer que as mudanças no regime urbanístico eram para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto. Não foi um equívoco só desta Vereadora, foi um equívoco da nossa Comissão, que fez um Parecer muito correto do ponto de vista político, no que diz respeito à ETE, de que se há uma Estação de Tratamento de Esgoto é uma coisa, etc., e solicitou uma série de informações. Nós tivemos a assinatura de vários Vereadores que também tinham tido esse mesmo entendimento, mas, curiosamente, alguns mudaram de posição, e outros tiveram, entre aspas, outras informações em relação ao Projeto, mas era um temor que nós já tínhamos tido na segunda-feira, Ver. Pedro Ruas, que fosse uma mudança no Regime Urbanístico para várias áreas lindeiras da Estação de Tratamento de Esgoto, em Belém Novo.

Eu não vou repetir a questão de que, muitas vezes, esses projetos serem redigidos de tal maneira para justamente desinformar, para justamente não permitir que se discutam os temas na visão de Cidade do futuro. Acho que o Ver. Todeschini trouxe elementos muito importantes em relação à vizinhança, como a Estação de Tratamento de Esgoto.

Eu queria trazer outro dado, porque há vários Vereadores defensores do capitalismo selvagem e, muitas vezes, quando nós falamos da importância de áreas rarefeitas, das áreas de proteção natural, das áreas verdes necessárias para a construção de uma cidade, aqueles que defendem a lógica de meter concreto e impermeabilizar a Cidade em tudo, fazendo que cada vez mais as áreas verdes e as áreas naturais, enfim, sejam atacadas, mesmo para esses eu recomendaria a leitura de um texto publicado recentemente, que fala dos custos econômicos das mudanças climáticas, que na China se estima em quase U\$ 1 trilhão para minimizar os impactos gerados por essa lógica, essa lógica de que a área rarefeita não serve para nada, de multiplicar por dez vezes o regime de ocupação para transformar em área intensiva regiões que deveriam ser preservadas e que deveriam conviver harmonicamente com o desenvolvimento sustentável da Cidade.

Eu queria dizer que, inclusive o Prefeito de Nova Iorque, quando passou o furacão Sandy, que não é nenhum esquerdista, alertou sobre esses riscos, sobre o debate do aquecimento global e o debate de como minimizar os impactos do aquecimento global nos Estados e Municípios. E pode ter gente que, sem visão do futuro, pense que isso não tem nada a ver; gente que não enxerga que, para preservar a natureza, precisa haver responsabilidade nas cidades, nos estados e nas nações. Nós não somos demagógicos ou incoerentes, nós lutamos contra a Belo Monte, por exemplo, que é um ataque enorme do ponto de vista ambiental, ou as alterações que a bancada ruralista tentou, e em alguma medida conseguiu, no Código Florestal, garantindo enormes zonas de desmatamento. Mas isto aqui, uma mudança no Regime Urbanístico, numa área de 45 hectares na Zona Sul da nossa Cidade, Ver. José Freitas, que fez uma fala nesse sentido na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, quando debatemos os condomínios na Av. Juca Batista, os impactos na vida das pessoas, a entrada de besouros nas casas das pessoas em função do desmatamento. V. Exa. falava disso na Zona Sul. Isto aqui é um debate de fundo. A Ver.^a Sofia fez questionamentos em relação ao desmatamento que são fundamentais, mas, Vereadora, questionamentos que não foram respondidos pela Prefeitura; mesmo assim, tem gente que, de olhos fechados, vai votar a favor e sequer vai se questionar que tipo de cidade, que tipo de país, que tipo de mundo vai deixar para seus filhos. Eu lamento muito!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 009/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 009/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLCE nº 009/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Gostaria de fazer uma Declaração de Voto (Lê.): “Mesmo fazendo parte da base do Governo, solicitei o adiamento de votação por duas sessões do Processo nº 1.816/12 – PLCE nº 009/12; infelizmente, não obtive êxito na minha solicitação. Meu objetivo seria tomar conhecimento da alteração dos índices construtivos na região, portanto saber quais as compensações previstas. Pelos motivos expostos, não me sinto confortável para votar favoravelmente ao referido Projeto, da forma como está sendo apresentado. Porto Alegre, 14 de novembro de 2012, Professor Garcia, Vereador do PMDB”.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Solicito abertura do painel eletrônico, para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h32min.)